



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00146

Brasília, 10 de outubro de 2016.

Objetivo da reunião: 14ª Reunião do CGI - 29/09/2016

Horário e local: 10h30 - Sala da Corregedoria

Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
José Antonio Savaris	MAGISTRADO	SG
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Lucio Castelo Branco	SECRETARIO	SAE
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Sheila Campello Farias Gibaile	SECRETARIO	SGP
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETARIO	STU
Denise Guimaraes Tangari	SECRETARIO	SCG
Angelita da Mota Ayres Rodrigues	SUBSECRETARIO	SUAUD
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG
Nilson Sousa de Olivindo	SUBSECRETARIO	SUSED

Pauta

1. Assuntos de Tecnologia da Informação

Após as boas vindas do Secretário-Geral do CJF, Dr. Savaris, do Juiz Federal em auxílio à Corregedoria-Geral, Dr. Reginaldo Pereira e da Dra. Eva, Diretora Geral, foi iniciada a



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Autenticado digitalmente por SILVANA CONCEICAO DIAS SOARES.
Documento Nº: 1522060-9900 - consulta à autenticidade em siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

Classif. documental 00.04.00.01



CJFMRU201600146A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

reunião. O Secretário de Tecnologia da Informação, Lucio Melre, apresentou os seguintes assuntos: 1. Contrato de prestação de serviços de impressão: o CJF terá uma redução de 23,82% no valor total do contrato e nas franquias contratadas. Tendo em vista esta redução e a necessidade de otimização dos gastos, foi informado que a partir de agora serão enviados relatórios setoriais para que os Secretários possam adotar medidas necessárias para o controle de impressões. 2. Consulta Pública do SIGA-DOC: tendo em vista a liberação de acesso do sistema para usuários externos, torna-se necessária a avaliação dos gestores quanto aos casos específicos em que os documentos precisem ter acesso restrito. Para atendimento ao princípio da transparência, todos os documentos recebem "acesso público" ao serem criados e, quando necessário, poderá ser selecionado o acesso "limitado", o que inviabilizará a leitura por público externo ou não incluído na limitação. Caso haja interesse de usuário externo a um documento restrito, a solicitação de liberação será feita via Ouvidoria. Foi questionado ao Melre se um processo que é de acesso público pode conter documentos sigilosos. O Melre ficou de verificar e repassar a informação. 3. Atualização do PDTI: o Secretário de TI informou que enviou nesta manhã as planilhas referentes ao PDTI para que os demais Secretários avaliem as sugestões apresentadas pela SEG, que estão em destaque no documento. Informou que a priorização com uso da matriz GUT é realizada no âmbito de cada unidade, mas que a matriz de priorização deverá ser feita na próxima reunião do CGTI com a participação de todos os Secretários. A portaria que institucionalizou o PDTI estabelece a necessidade de fazer uma nova avaliação e, por isso, a STI se reunirá com cada uma das Secretarias para nova rodada de reuniões. Informem as suas necessidades, aplicando os critérios da matriz de priorização. 4. Projeto IGov-TI: foi informado que o projeto consta do rol de projetos estratégicos do CJF e que foi feita uma análise das respostas dadas ao questionário de governança do TCU nos anos de 2014 e 2016. Foi encaminhado um documento com todas as questionamentos, status e unidade responsável. Melre solicitou que todos avaliem as unidades informadas e encaminhem sugestões até o dia 6/10.

2. Resultados das Metas Estratégicas

O Secretário de Estratégia e Governança, Ivan Bonifácio, informou sobre o Acórdão TCU 8763-2016, que teve parecer técnico sugerindo a aprovação das contas do TRF1 com ressalvas, em função do descumprimento de metas nacionais e da necessidade de acompanhar o alcance dos objetivos estratégicos definidos. Ressaltou a importância que o TCU vem imprimindo nas ações referentes à governança. Após esse destaque, foi apresentado o resultado das metas estratégicas do CJF, com ênfase nas que indicaram baixo rendimento: META 1 (Reduzir a taxa de congestionamento da Turma Nacional de Uniformização do Juizados Especiais Federais - TNU, e 66% para 45% até dezembro de 2016) : o resultado do 2º trimestre de 2016 é de 74,9% de congestionamento, resultado aquém ao pretendido: 45%. A Secretária da TNU, Viviane Bortolini, informou que as ações do mutirão realizado no primeiro semestre ainda não refletiram na meta, tendo em vista o grande número de processos que ainda estão na secretaria, com pendências de certificação e publicação. Relatou que já foram adotadas medidas para baixar a taxa de congestionamento, e que pretende automatizar procedimentos de trânsito dos processos. O Dr. Savaris ressaltou que devem ser pensadas, também, ações que evitem a remessa de grande quantidade de processos à TNU. Será marcada reunião para tratar de propostas para a meta 1 e outras ações da TNU. METAS 5 (Dobrar, até 2020, o número de magistrados federais aperfeiçoados, em relação ao resultados alcançado em 2014) e 17 (Aumentar em 10% o número de servidores da Justiça Federal, capacitados a cada ano): A Secretária do Centro de Estudos Judiciários- CEJ, Jaqueline de Mello, informou sobre a necessidade de rever o texto e glossário da meta 5, deixando claro tratar-se de aumento a cada ano. O resultado das duas metas está aquém do estabelecido e foi esclarecido pela Jaqueline que a linha de base estabelecida para a meta contemplou o número



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

de certificados emitidos e não o quantitativo de participantes. META 8 (Manter os custos de 100% das obras na Justiça Federal no valor referencial definido pelo CJF - 3 vezes o valor da SINAPI regional) : o Secretário de Arquitetura e Engenharia - SAE, Lúcio Castelo, informou que está sendo elaborado um estudo contendo o histórico de 10 anos das obras da Justiça Federal, o qual está previsto para ser apresentado na próxima reunião do CGI. META 11 (Realizar, no mínimo, 3 auditorias até dezembro de 2016, constantes no PAA) : O Secretário da SEG perguntou à representante da SCI, Angelita, se a meta não foi subestimada, pois menciona apenas 3 auditorias, sendo que no Plano Anual de Auditorias constam 8. Angelita informou que há algumas dificuldades para cumprimento da meta, como a dependência de ações do CNJ e questões internas, mas a meta será reavaliada para 2017. META 12 (Tempo ideal de trâmite dos processos administrativos) : a meta não está sendo cumprida. Estão sendo avaliados processos de aposentadoria, adicional de qualificação, averbação de tempo de serviço e licitações. Será agendada reunião entre as unidades envolvidas nos processos e a Assessoria da Secretaria Geral. META 7 (Reduzir em 10% as despesas com contratos do CJF): foi solicitada pela SAD a revisão da meta para retirar do valor de referência os índices dos dissídios coletivos dos contratos. A Dra. Eva comentou que, tendo em vista os cortes de orçamento e a necessidade de redução de custos seria necessário reavaliar a pertinência da meta. Para tanto, fará uma proposta até a próxima reunião do CGI. META 16 (Capacitar, anualmente, 100% dos gestores do CJF indicados pela SGP) : A Jaqueline informou que o cumprimento desta meta não depende apenas das ações do CEJ. Anualmente são ofertados cursos gerenciais, mas nem todos os gestores se inscrevem.

3. Resultado dos Projetos Estratégicos

Foi apresentado por Ivan Bonifácio o status dos Projetos Estratégicos do CJF com destaque para os que ainda não iniciaram. Sobre o projeto Manual de orientação para instrução de processos, Cláudio Machado, informou que já foram feitos questionários e serão encaminhados para as áreas, a fim de coletar as principais dificuldades na instrução processual. Lúcio Melre explicou que os projetos Processo de Gerenciamento de Serviços de TI e Índice de Governança de TI (IGovTI) estão em andamento, porém falta a atualização no módulo de gerenciamento de projetos (SEI) com a documentação. Sobre o Plano de Continuidade de Serviços de TI, deverá ser feita uma avaliação junto as secretarias dos serviços mais críticos. Indicador sintético de eficiência - ISEJF, Gustavo Bicalho sugeriu realizar uma reunião com a SEG para iniciar o projeto. Em relação ao projeto Sistema informatizado de controle interno, a subsecretaria de Controle Interno, Angelita, informou que estão sendo feitos estudos da viabilidade de aquisição de um sistema novo ou da adaptação para o CJF de um sistema já existente em outro órgão. Foi solicitado que a gestora do projeto registre as informações no módulo de projetos do SEI.

4. Resultado da pesquisa Governança Participativa

Ivan Bonifácio apresentou os principais destaques da pesquisa de opinião realizada no período de 15 de agosto a 2 de setembro. Foram 13740 respondentes, sendo 3913 advogados, 1454 cidadãos, 588 magistrados e 7785 servidores, que indicaram como os cinco principais temas para priorização: crimes contra a administração, benefícios previdenciários, crimes relacionados a tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual, conciliação e ações coletivas. Ressaltou que no CJF foram 134 participantes dos quais 56% conhecem os resultados das metas de sua unidade; 87,22% acreditam que a JF deve continuar adotando metas; 49,62% se dizem cobrados pelas metas e 66,17% se sentem responsáveis pelas metas. Evidenciou que a participação do CJF foi boa e que os resultados indicam a necessidade de maior divulgação da estratégia e envolvimento dos servidores. Ressaltou que os resultados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

completos podem ser acessados pelo Observatório da Estratégia da JF. O Dr. Savaris solicitou aos participantes que ajudem a divulgar as metas e resultados, principalmente aqueles diretamente relacionados a cada unidade.

5. Proposta da cadeia de valor

O Subsecretário de Modernização da Gestão, Edimilson Oliveira, apresentou proposta de aprimoramento da cadeia de valor do CJF. A proposta será enviada aos participantes, que terão até o dia 7/10/2016 para analisar e propor melhorias.

6. Evento sobre Gestão Socioambiental

A Dra. Eva informou aos participantes sobre a importância de duas ações que acontecerão na semana que vem: palestra e oficina sobre sustentabilidade, a serem realizadas no dia 3 e 4/10, respectivamente. Solicita que todos compareçam à palestra e que sejam indicados representantes de todas as unidades para participação na Oficina.

7. Outros assuntos

1. O Secretário de Planejamento e Orçamento - SPO, Gustavo Bicalho, informou sobre a PEC 241, que prevê a limitação dos gastos da União para os próximos 20 anos. Fará uma exposição mais detalhada do assunto em reunião no período da tarde. 2. Ivan Bonifácio sugeriu aos participantes que acessem o Observatório da Estratégia para acompanhamento contínuo das metas, projetos e principais indicadores do CJF e da JF. 3. Jaqueline Melo informou a autorização e realização do curso de Power BI para a segunda semana de outubro. O curso será ministrado por servidor da SEG e serão abertas vagas para as unidades interessadas. Diversas unidades se manifestaram demonstrando interesse no curso e ficou acertado que será enviada a ementa e os pré-requisitos para que possa ocorrer a indicação dos participantes, pois há limitação de vagas. 3. A próxima reunião foi agendada para o dia 21/10, às 9h e, por sugestão do Dr. Savaris, acontecerá fora do CJF.

8. Participantes da reunião

Participaram também da reunião: Cristiane Meireles, André Chiaratto, Cláudio Machado, Rodrigo Chebli, Silvana Soares, Edimilson Oliveira, Leonardo de Oliveira, Marcos Teixeira, Hayane Vilar, Roberta Bastos, Cleide Sousa e Edna Moura.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	1.5 Análise do Plano de Ação iGovTI	Todos os Secretários	06/10/2016
1.2	Análise das planilhas do PDTI.	Todos os Secretários	06/10/2016
1.3	Informar se é possível restringir acesso de documentos pertencentes a processo público.	Melre	07/10/2016
2.1	Marcar reunião com Dr Savaris, Dr Reginaldo, Dra Eva, Lúcio Melre e Viviane para tratar de ações para a TNU	TNU	
2.2	Encaminhar dados do diagnóstico da TNU.	Viviane	04/10/2016
2.3	Apresentação de proposta para alteração das metas 5, 16 e 17	Jaqueline	07/10/2016
2.4	Apresentação do estudo sobre as obras da JF	Lucio Castelo Branco	21/10/2016
2.5	Análise da viabilidade de alteração da meta 11	SCI	21/10/2016
2.6	Reunião com as unidades envolvidas nos processos de trabalho da Meta 12	SEG	07/10/2016
2.7	Proposta para a Meta 7	Dra. Eva	21/10/2016
3.1	Marcar reunião com SEG para discussão sobre o projeto ISEJF	Gustavo	04/10/2016
4.1	Ampliar a divulgação da Metas nas unidades	Secretários	
4.2	Ações de divulgação da estratégia	ASCOM	
5.1	Análise da proposta da cadeia de valor	Todos os Secretários	07/10/2016
7.1	Apresentação da PEC 241	Gustavo Bicalho	29/09/2016
7.2	Envio da ementa do curso de PowerBI	Jaqueline Melo	04/10/2016
7.3	Próxima reunião CGI	Todos os Secretários	21/10/2016

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Autenticado digitalmente por SILVANA CONCEICAO DIAS SOARES.
Documento Nº: 1522060-9900 - consulta à autenticidade em siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

